Aos 20 dias do mês de outubro de 2026, às 10h00, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Sarzedo, nas dependências da sala de reuniões da Secretaria de Educação, contando com a participação dos membros Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, Fábio Henrique Gomes e Valdirene Araújo Lacerda Santos. Inicialmente, foi apresentado o **Relatório da Carteira de Investimentos**, referente ao mês de **setembro de 2026**, sendo informado que o patrimônio consolidado do Instituto totalizava R$172.090.217,54. Desse montante, R$143.465.523,18 estavam alocados em ativos de renda fixa; R$17.827.291,13 em renda variável; R$9.522.246,48 em fundos estruturados; e R$1.275.156,75 em investimentos no exterior. Na sequência, os membros realizaram a análise do **enquadramento** da carteira de investimentos, tendo como referência as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos e os limites definidos pela Resolução CMN 5.272/2025, quando após a conferência das posições, verificou-se que as alocações permanecem integralmente enquadradas nos limites legais e regulamentares aplicáveis, registrando-se somente os desenquadramentos de natureza passiva relacionados aos fundos classificados como crédito privado, ao Fundo de Investimento em Participações – FIP e ao investimento no exterior. Posteriormente, foram apresentados os resultados da carteira de investimentos, que registrou **rentabilidade** de 1,50% no mês, acumulando 10,45% no exercício. Para fins de comparação, a meta atuarial, correspondente a IPCA + 5,68% no ano, apresentou resultado de 1,29% no mês e acumulado de 8,35% no exercício. Dessa forma, foi apurado **Gap** positivo de 0,21 ponto percentual no mês e de 2,10 ponto percentual no acumulado do exercício. Em seguida, os membros do Comitê procederam à análise do **Relatório de Riscos**, contemplando os principais indicadores relacionados ao risco de mercado. Conforme informações constantes do Dashboard disponibilizado pela consultoria, o Valor em Risco (VaR) para um dia útil foi de 0,28%. No Relatório de Riscos de Mercado, verificou-se que o **VaR** apresentou resultado de 1,28% no período mensal e de 4,43% no horizonte de doze meses, representando aumento em comparação com o levantamento anterior. O indicador de volatilidade **Vol** foi apurado em 0,49% no mês e 2,17% no período de doze meses, também apresentando elevação em relação ao período anteriormente analisado. O índice de **Treynor** registrou 0,56% no mês e 0,02% no acumulado de doze meses, demonstrando elevação do desempenho ajustado ao risco. O **Drawdown** apresentou resultado de 0,04%, tanto na apuração mensal quanto no período de doze meses, evidenciando redução em relação ao relatório anterior. Por sua vez, o índice de **Sharpe** registrou 3,36% no mês e 0,09% no acumulado de doze meses, indicando elevação do indicador quando comparado ao período precedente. Ressalta-se que os índices Treynor e

Sharp os quais quanto maior, melhor são, demonstraram expressiva elevação neste mês, correspondendo a um excelente retorno de risco para carteira do IPRES. No que diz respeito aos demais riscos acompanhados pelo Comitê, verificou-se que o **risco de crédito** permanece sob controle, considerando a diversificação dos investimentos, o acompanhamento contínuo dos ratings de risco atribuídos às instituições financeiras, bem como a realização periódica de diligências e a análise dos respectivos lastros. Em relação ao **risco de solvência**, constatou-se que este permanece em conformidade com as premissas estabelecidas na avaliação atuarial e no estudo de Asset Liability Management (ALM). O **risco sistêmico** permanece sob monitoramento, especialmente diante das condições observadas no sistema financeiro nacional e das incertezas ainda presentes no cenário econômico internacional. Quanto ao **risco reputacional**, permanece sendo realizado o acompanhamento contínuo das informações relacionadas às instituições financeiras que compõem a carteira de investimentos do Instituto. No que se refere ao **risco operacional**, continuam sendo analisadas as práticas de governança adotadas pelos administradores e gestores dos fundos, especialmente no que diz respeito aos controles internos, à segregação de funções, às políticas de gerenciamento de riscos e aos mecanismos de transparência. Quanto ao **risco legal**, mantém-se o acompanhamento da conformidade das aplicações financeiras com a legislação vigente, bem como das alterações normativas que eventualmente possam produzir impactos sobre a gestão dos investimentos. Por fim, em relação ao **risco de liquidez**, constatou-se que a carteira permanece devidamente enquadrada nos limites estabelecidos, considerando as necessidades financeiras identificadas a partir do cálculo atuarial, com a seguinte composição de liquidez, verificou-se que 86,81% dos recursos estão alocados em investimentos com prazo de liquidez entre zero e trinta dias; 5,79% possuem liquidez entre um e dois anos; 3,46% estão em ativos com liquidez entre trinta e um a cento e oitenta dias; 2,06% apresentam prazo superior a dois anos; 1,57% encontram-se alocados em investimentos com liquidez entre cento e oitenta e um e trezentos e sessenta e cinco dias; e 0,30% estão alocados em Fundo de Investimento em Participações – FIP, cuja liquidez está condicionada às regras específicas aplicáveis a essa modalidade de investimento. Dando continuidade aos trabalhos, foi apreciado o **Relatório Focus** do Banco Central, divulgado em 19 de outubro de 2026. Conforme as projeções apresentadas, a expectativa para a inflação, medida pelo **IPCA**, foi de 5,22%, mantendo-se na mesma expectativa da semana anterior. Para o **PIB**, a projeção de crescimento foi de 1,83%, apresentando redução em relação à estimativa divulgada a uma semana. Quanto à taxa de **câmbio**, a projeção é de R$5,13, registrando redução à duas semanas. No tocante à **Taxa Selic**, as

expectativas indicaram redução para 13,25% ao final de 2026, permanecendo a projeção em 12,00% para o encerramento de 2027 e em 10,50% para o final de 2028. Na análise do **cenário econômico** o Comitê de Investimentos vem verificando durante todo o mês de outubro de 2026, se embasando em relatórios econômicos, indicadores de inflação, expectativas de política monetária, comportamento dos mercados financeiros e fatores políticos e geopolíticos capazes de influenciar o desempenho dos ativos do IPRES, e deixa registradas as seguintes informações: No cenário internacional, a economia mundial permanece resiliente, porém sujeita a riscos crescentes e a um desempenho desigual entre as principais economias. Conforme o relatório World Economic Outlook, divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em outubro de 2026, a projeção de crescimento econômico mundial é de 3,1% para 2026 e 3,4% para 2027. Entretanto, a inflação global deverá permanecer pressionada no curto prazo, influenciada principalmente pelos custos de energia e alimentos, enquanto o elevado endividamento público, as tensões comerciais e os conflitos geopolíticos continuam representando fatores de risco para a estabilidade financeira internacional. Nos **Estados Unidos**, a persistência das pressões inflacionárias, o elevado custo do crédito e as preocupações relacionadas ao endividamento público mantêm a trajetória dos juros como uma das principais variáveis de atenção dos mercados. A inflação ao consumidor registrou alta de 0,6% em setembro, acumulando 3,7% em 12 meses, o que reforçou a cautela quanto ao processo de flexibilização monetária pelo Federal Reserve. A possibilidade de manutenção de juros elevados, ou mesmo de novos ajustes restritivos caso a inflação persista, pode sustentar os rendimentos dos títulos do Tesouro norte-americano, fortalecer o dólar e reduzir a atratividade relativa de ativos de maior risco, especialmente nos mercados emergentes. Adicionalmente, a valorização das empresas ligadas à inteligência artificial e a concentração de investimentos nesse segmento exigem atenção quanto à possibilidade de correções nos mercados acionários. Na **Europa**, o cenário é caracterizado pelo crescimento econômico moderado, pelas pressões inflacionárias associadas à energia e pelo agravamento das preocupações fiscais e políticas em determinados países. O FMI projeta crescimento de 1,1% para a zona do euro em 2026 e de 1,2% em 2027. A situação fiscal francesa ganhou destaque diante do elevado endividamento público, das dificuldades para aprovação de medidas de ajuste orçamentário e dos protestos relacionados ao custo de vida e às propostas de contenção do déficit. Esse contexto contribuiu para a elevação dos rendimentos dos títulos públicos franceses em relação aos títulos alemães e para o enfraquecimento do euro. O episódio evidencia que a deterioração das expectativas fiscais e a instabilidade política podem elevar os custos de financiamento mesmo em economias desenvolvidas. Nesse ambiente, o

Banco Central Europeu enfrenta o desafio de controlar a inflação sem intensificar a desaceleração econômica. Na **China**, o crescimento econômico apresentou aceleração no terceiro trimestre de 2026, com expansão de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada principalmente pelas exportações e pela atividade industrial. Apesar do resultado favorável, permanecem desafios estruturais relacionados à fragilidade do setor imobiliário, à demanda interna ainda limitada e à dependência do comércio exterior. A sustentabilidade do crescimento chinês continua relevante para os mercados internacionais, especialmente em razão de sua influência sobre a demanda por commodities e sobre a atividade industrial global. Para o **Brasil**, o desempenho da economia chinesa pode representar uma oportunidade para as exportações de matérias-primas, embora uma eventual desaceleração da demanda externa possa afetar os preços das commodities, a balança comercial e o comportamento dos ativos domésticos. Já a inflação e a política monetária permanecem entre os principais pontos de atenção. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,82% em setembro de 2026, acumulando 4,58% em 12 meses, resultado influenciado, entre outros fatores, pela elevação dos preços da energia elétrica. A combinação de inflação projetada em alta e expectativa de redução dos juros demonstra que a condução da política monetária permanece condicionada à evolução dos preços, das expectativas inflacionárias, da atividade econômica e das condições financeiras internacionais. E ainda, o processo eleitoral brasileiro também passou a exercer influência significativa sobre o mercado. Após o primeiro turno das eleições presidenciais, a expectativa de eventual mudança na orientação da política fiscal favoreceu uma valorização expressiva da Bolsa, a redução das taxas dos juros futuros e o fortalecimento do real. O Ibovespa superou a marca de 200 mil pontos em 5 de outubro, enquanto o dólar recuou abaixo de R$ 5 naquele pregão. Entretanto, a volatilidade observada nos dias seguintes demonstrou que parte desse movimento está associada às expectativas dos investidores sobre as futuras decisões econômicas, e não a alterações já concretizadas nos fundamentos fiscais do país. A sustentabilidade de eventual valorização dos ativos dependerá da credibilidade das medidas econômicas, da capacidade de controle das despesas públicas, da trajetória da dívida e da implementação de políticas que favoreçam o crescimento sustentável. Diante desse contexto, o Comitê destaca que a condução dos investimentos previdenciários deve considerar conjuntamente os fatores econômicos, fiscais, monetários e políticos, sem atribuir às oscilações de curto prazo dos mercados caráter definitivo quanto à tendência dos ativos. A perspectiva de redução da taxa Selic poderá favorecer determinadas estratégias de renda fixa e renda variável; contudo, a persistência inflacionária, a

manutenção dos juros internacionais em patamares elevados e eventuais incertezas fiscais podem provocar abertura das taxas de mercado, oscilações nos preços dos títulos e aumento da volatilidade da carteira. Com tudo isso, o **câmbio**, apresentou volatilidade ao longo de outubro e embora as expectativas de mudanças na política econômica doméstica tenham favorecido momentos de valorização do real, a persistência inflacionária e os riscos fiscais mantêm o câmbio sensível às oscilações dos mercados internacionais. Nesse contexto, o comportamento da moeda norte-americana permanece como fator relevante para a inflação, as expectativas de política monetária e a precificação dos ativos financeiros brasileiros. Posteriormente o Comitê de Investimentos do IPRES procedeu à análise do **Relatório Trimestral de Custos dos Investimentos,** referente ao período de julho a setembro de 2026, com o objetivo de acompanhar os custos associados aos investimentos que compõem a carteira do Instituto. Durante a análise, foram examinadas as informações relativas às taxas de administração, gestão, distribuição, custódia e performance dos fundos de investimento, considerando as características dos produtos, suas estratégias e os respectivos referenciais de desempenho. O Comitê observou a importância de acompanhar esses custos de forma individualizada, de modo a subsidiar a avaliação da relação entre as despesas incidentes, os resultados obtidos e a adequação dos investimentos aos objetivos da Política de Investimentos. Foi observado que determinados fundos apresentam cobrança de taxa de performance, cuja avaliação requer a consideração do respectivo parâmetro de referência e das condições previstas para sua incidência. O relatório esclarece, ainda, que a taxa global representa a remuneração consolidada divulgada e não deve ser somada às taxas segregadas, uma vez que pode incorporar componentes dessas remunerações. No que se refere aos custos adicionais, o Comitê verificou o registro da despesa com consultoria de investimentos da LEMA, no valor mensal de R$ 1.746,03, totalizando R$ 5.238,09 no trimestre. Verificou-se, também, que a seção específica do relatório destinada aos custos de custódia e corretagem contratados diretamente pelo Instituto não apresentava instituições cadastradas, aspecto que merece atenção quanto à completude das informações e à adequada identificação de eventuais despesas dessa natureza. Diante dos dados apresentados, o Comitê destacou, a importância de manter as informações de custos atualizadas, documentadas e passíveis de verificação, contribuindo para a transparência, a rastreabilidade e a adequada fundamentação das decisões relacionadas à gestão dos recursos do IPRES. Em seguida, O Comitê de Investimentos do IPRES procedeu à análise do **Relatório de Investimentos, referente ao terceiro trimestre de 2026**, abrangendo o período de julho a setembro de 2026. Inicialmente, foram examinados os resultados de desempenho da carteira, cujo

patrimônio totalizou R$ 172.090.217,54 em 30 de setembro de 2026, com rentabilidade acumulada de 3,48% no trimestre, correspondente a um resultado financeiro de R$ 5.795.640,35. Considerando a meta de rentabilidade acumulada de 1,97% apresentada no relatório, verificou-se um resultado superior à meta em 1,51 ponto percentual. Foram observados, ainda, os desempenhos mensais, que registraram rentabilidades de 1,06% em julho, 0,89% em agosto e 1,50% em setembro. Na sequência, o Comitê avaliou a composição e a distribuição dos recursos por segmento de aplicação, verificando a predominância de investimentos em renda fixa, correspondente a 83,37% da carteira, seguida de renda variável, com 10,36%, fundos estruturados, com 5,53%, e investimentos no exterior, com 0,74%. Foram examinadas também as informações relativas à distribuição dos recursos por instituições gestoras, aos referenciais de desempenho (*benchmarks*), aos prazos de liquidez e aos riscos associados às aplicações. Quanto à liquidez, o relatório indicou que 86,81% da carteira estava alocada em investimentos com prazo de resgate de até 30 dias. O Comitê examinou, igualmente, as informações de enquadramento da carteira à Resolução CMN nº 5.272/2025 e à Política de Investimentos vigente. Conforme indicado no relatório da consultoria, O relatório foi apreciado para fins de acompanhamento da gestão dos recursos previdenciários, permanecendo o monitoramento da carteira sujeito às avaliações periódicas e aos registros das decisões e providências efetivamente deliberadas pelo Comitê. Posteriormente, deliberam sobrea a **escolha da instituição para exercer a custódia dos títulos públicos Federais** que serão adquiridos. Quando, o Comitê de Investimentos procedeu à análise comparativa das propostas comerciais apresentadas pelo Banco do Brasil S.A., pela Caixa Econômica Federal e pela XP Investimentos CCTVM S.A., referentes à prestação de serviços de custódia de Títulos Públicos Federais, considerando o montante estimado com base no PL de 30/09/2026 de R$ 50.882.889,43 destinado à operação. Na avaliação, foram considerados os custos diretos, as condições comerciais, os serviços ofertados e os eventuais encargos adicionais, com o objetivo de identificar a alternativa mais adequada aos interesses do IPRES, observadas as exigências normativas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social. Verificou-se que o Banco do Brasil S.A. apresentou proposta de isenção integral da tarifa direta de custódia, condicionada às condições formais indicadas pela instituição, permanecendo sob responsabilidade do IPRES os custos de liquidação e demais tarifas oficiais ou de terceiros eventualmente incidentes, conforme aplicável. A XP Investimentos CCTVM S.A. também apresentou proposta com isenção da tarifa direta de custódia, enquanto a Caixa Econômica Federal apresentou cobrança de 0,035% ao ano sobre o patrimônio líquido da carteira, observada a tarifa mínima mensal de R$ 3.835,36, além de eventuais custos de câmaras e outros

encargos previstos em sua proposta. Dessa forma, registrou-se que, quanto à tarifa direta de custódia, as propostas do Banco do Brasil e da XP apresentam equivalência de preço, devendo a decisão considerar também os demais aspectos técnicos, operacionais e contratuais pertinentes. Por isso, na análise das alternativas, o Comitê considerou, como fatores complementares, o fato de o Banco do Brasil já possuir credenciamento junto ao IPRES, bem como a existência de relacionamento institucional prévio, aspectos que podem favorecer a interlocução operacional e a formalização dos procedimentos necessários. Considerou-se, ainda, a participação relevante da instituição na carteira de investimentos do Instituto, conforme 2ª posição no valor de patrimônio do IPRES. Como elemento complementar da análise comparativa, o Comitê considerou o enquadramento prudencial das instituições, conforme informações oficiais do Banco Central do Brasil, tendo em vista que o Banco do Brasil S.A. está enquadrado no segmento S1, enquanto a instituição considerada na proposta da XP está enquadrada no segmento S2. Essa informação foi ponderada como fator adicional de contexto prudencial, sem ser interpretada isoladamente como garantia de superioridade na prestação dos serviços de custódia, e em conjunto com os demais critérios analisados, incluindo custos, condições comerciais, escopo dos serviços, credenciamento vigente e aspectos operacionais. O Comitê registra, que a escolha decorre da avaliação conjunta dos elementos documentados, observados os princípios da prudência, da transparência, da motivação e do interesse do IPRES, quando após a avaliação, manifestou-se favoravelmente à escolha do Banco do Brasil S.A.. A manifestação foi fundamentada na comparação das propostas recebidas, sem desconsiderar a existência de alternativa igualmente isenta da tarifa direta de custódia. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Comitê de Investimentos realizou a **revisão dos manuais** e documentos relacionados aos processos de gestão de investimentos, compreendendo o Manual de **Processo de Autorização para Aplicação ou Resgate**, o Manual de **Processo de Credenciamento das Instituições Financeiras**, o Manual de **Processo de Elaboração e Aprovação da Política de Investimentos**, o Manual de **Gestão de Investimentos,** bem como o **Edital do Processo de Credenciamento de Instituições Financeiras e Seleção de Novos Fundos de Investimentos**. A revisão dos referidos documentos foi realizada em atendimento à solicitação do setor responsável pela gestão e organização da documentação destinada ao atendimento das demandas e requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS, tendo como objetivo verificar a adequação, atualização e compatibilidade dos procedimentos e documentos com as normas e diretrizes aplicáveis. Quando, após a análise e revisão pelo Comitê de Investimentos, os documentos estão sendo encaminhados ao Conselho de Administração do IPRES, para apreciação e

deliberação quanto à sua aprovação. Dando continuidade à reunião, a Sra. Cléia apresentou o extrato do fundo **BB RF Fluxo Soberano**, utilizado para a gestão dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários, cujo saldo, na data da análise, era de R$1.651.127,68. Diante da persistência da inadimplência do Município de Sarzedo quanto aos repasses das contribuições patronais, pendentes desde agosto de 2025, o Comitê deliberou pela manutenção integral dos recursos no referido fundo, sem qualquer realocação, visando assegurar a liquidez necessária ao cumprimento das obrigações previdenciárias e garantir a disponibilidade de recursos suficientes para cobrir, no mínimo, três folhas mensais de benefícios e do 13º salário. Logo depois o Comitê de Investimentos tomou conhecimento do comunicado encaminhado pela Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda., na qualidade de gestora do **Fundo Icatu Vanguarda Igaraté Long Biased FIF Multimercado,** CNPJ nº 35.637.151/0001-30, informando que, a partir do fechamento de 25/09/2026, foram criadas duas subclasses para o referido Fundo, com a consequente alteração dos dados bancários destinados ao recebimento de novos aportes. O comunicado informa, ainda, que os cotistas que anteriormente estavam aplicados na classe única serão migrados para a respectiva subclasse, devendo os novos aportes, a partir de 28/09/2026, ser direcionados à conta corrente vinculada à subclasse correspondente. Registra-se que os dados da conta CETIP e as demais características do produto permanecem inalterados, sendo que as cotas serão encaminhadas por e-mail até a conclusão do cadastro das subclasses na Anbima Data e no Galgo. Diante disso, o Comitê registra sua ciência quanto às alterações comunicadas em adequação a Resolução CVM 175. Por último, dando **continuidade às discussões acerca das recomendações apresentadas no estudo do ALM - Asset Liability Management**, o Comitê analisou as propostas de adequação da carteira do IPRES e definiu os seguintes encaminhamentos: em relação à **Renda Variável** o estudo recomenda a manutenção dos fundos que adotam o Ibovespa como benchmark, orientação que será considerada sendo mantido esta posição; já em relação aos **Fundos Multimercados**, diante da recomendação de aumento de 3,79% na alocação nesse segmento, e das **Letras Financeiras**, considerando a recomendação de ampliar em 6,04% a alocação nesse segmento, ficou definido que devido aos resgates que serão realizados para aderência aos Títulos Públicos Federais; estarão aguardando a entrada de novos recursos devido ao atraso dos repasses previdenciários pela Prefeitura de Sarzedo, desde o mês de agosto de 2025, para posteriormente realizarem o aumento da exposição nesses seguimentos; já em relação aos **Fundos Estruturados** o estudo recomenda a manutenção das posições existentes, orientação que será observada e mantida pelo Comitê, e novamente registrando, no que se refere à recomendação de zerar a exposição ao **Crédito**

**Privado**, o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção temporária das posições existentes nos fundos Bradesco FIC RF CP Performance Institucional, Safra Extra Bancos FIC RF Crédito Privado e Itaú High Grade RF CP RF, sem realização de novos aportes, observadas as restrições normativas aplicáveis ao IPRES em razão de sua certificação Pró-Gestão Nível II. E para fundamentar essa decisão, o Comitê considerou as análises de mercado divulgadas em outubro de 2026 pela XP Investimentos e pelo BB Investimentos, que apontam a recomposição dos prêmios de risco no mercado de crédito privado e a existência de oportunidades seletivas, desde que observados rigorosamente a qualidade de crédito dos emissores, a diversificação e a relação entre risco e retorno. Adicionalmente, e ainda, ponderou que o resgate integral dos recursos aplicados nesses fundos poderá representar uma decisão de difícil reversão, uma vez que, enquanto o IPRES permanecer certificado no Pró-Gestão RPPS – Nível II, e com base na resolução 5272/2025 não poderá retornar para esse tipo seguimento uma vez que a realização de novos investimentos nessa modalidade é vedada em razão dos requisitos normativos aplicáveis. Dessa forma, uma eventual saída definitiva poderá eliminar a possibilidade de recomposição futura dessas posições enquanto não forem atendidas as condições regulatórias exigidas, reduzindo a flexibilidade estratégica do Instituto para aproveitar oportunidades futuras no segmento. Diante disso, o Comitê entendeu que a manutenção temporária das posições existentes, sem novos aportes, constitui uma alternativa prudencial enquanto são acompanhados os riscos dos investimentos, as condições de mercado e os requisitos regulatórios, evitando uma decisão irreversível sem a devida avaliação de seus impactos financeiros e estratégicos. Finalizando, não havendo mais nada a ser tratado, elaboraram o parecer mensal a ser enviado para o Conselho Fiscal e eu, Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada por unanimidade e devidamente assinada por todos os membros presentes.

Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva

Fábio Henrique Gomes

Valdirene Araújo Lacerda Santos